

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 00177.000340/2025-85

1. Informações Básicas

Entidade Contratante: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de SC - CAU/SC

Setor requisitante: Geraf

Nome do Projeto: Saúde e Segurança do Trabalho

Tipo de contratação: Contratação de serviços em geral

2. Descrição de necessidade

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC) enfrenta o desafio de assegurar a saúde, a integridade física e o bem-estar dos seus colaboradores diante dos diversos riscos ocupacionais inerentes ao ambiente de trabalho, sejam eles presenciais ou em regime de trabalho remoto. A atual legislação exige o cumprimento rigoroso das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, com destaque para exigências como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR/GRO), através de levantamento de riscos, elaboração de documento base e desenvolvimento de Planos de Ações em conjunto com o CAU/SC. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudos Técnicos (LTCAT, LTIP), análise ergonômica, gestão da CIPA, bem como o reporte de informações relacionadas à saúde e segurança do trabalho ao eSocial. O não atendimento a tais obrigações pode acarretar em multas, passivos trabalhistas, ações judiciais e comprometimento da atuação institucional do órgão.

Além das obrigações legais, existe o interesse público na prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, o que contribui diretamente para a continuidade e qualidade dos serviços prestados pelo CAU/SC à sociedade catarinense. A ausência de medidas sistemáticas para identificação, avaliação e controle dos riscos ambientais pode resultar em afastamentos, queda de produtividade, insatisfação dos empregados, além de prejuízos à reputação institucional. A detecção precoce de fatores de risco psicossociais, físicos, químicos e biológicos é essencial para proteger os colaboradores e garantir um ambiente saudável.

A crescente adoção do trabalho remoto também demanda um olhar atento sobre as condições ergonômicas e de saúde deste novo contexto, exigindo adaptações nos processos de reconhecimento de riscos, implementação de controles e orientação continuada. Com a descentralização dos postos de trabalho, torna-se ainda mais complexo monitorar e garantir que todos os colaboradores estejam atuando em condições adequadas, reforçando a necessidade de assessoramento técnico especializado e de metodologias adequadas para o atendimento de colaboradores espalhados em diferentes localidades.

Portanto, a situação-problema reside na necessidade de assegurar o pleno cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis ao CAU/SC, de forma homogênea, contínua e abrangente a todos os colaboradores, mitigando riscos ambientais, legais e institucionais. Trata-se de garantir que o órgão atue em conformidade com a legislação vigente, proteja seus colaboradores e, ao mesmo tempo, atenda aos padrões de qualidade e eficiência exigidos do serviço público, promovendo um ambiente organizacional seguro e saudável.

No presente caso, os serviços a serem contratados na área de engenharia de segurança e medicina do trabalho caracterizam-se como serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, com base em normas e práticas consolidadas de mercado.

As atividades previstas — como elaboração de documentos obrigatórios (PGR, PCMSO, LTCAT, PPP), realização de exames ocupacionais e apoio à CIPA — são regulamentadas por Normas Regulamentadoras, que estabelecem critérios técnicos claros e padronizados para sua execução.

Além disso, tratam-se de serviços rotineiros, amplamente oferecidos por diversas empresas especializadas, sem exigir soluções complexas ou inovadoras. Por isso, é possível descrever o objeto de forma precisa e comparar propostas com base em critérios objetivos.

Dessa forma, os serviços podem ser classificados como comuns para fins de contratação pública.

3. Requisitos da contratação

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada em SESMT é imprescindível para garantir a saúde, segurança e integridade de todos os colaboradores do CAU/SC, em atendimento às normas vigentes. Os serviços deverão abranger, de modo continuado, a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR/GRO), PCMSO, LTCAT, LTIP (caso necessário), AET, PPP, apoio e treinamento para CIPA, exames de saúde ocupacional (admissionais,

periódicos, demissionais, retorno/mudança de função), gestão de SST para eSocial, capacitação preventiva, palestras educativas e assessoramento em CAT, atendendo à legislação aplicável (NRs 1, 4, 5, 7, 9, 15, 16 e 17).

Deverá observar padrões mínimos de qualidade: consultório/atendimento médico na região central ou continental de Florianópolis e dentro dos municípios de cada regional;

A delimitação geográfica supracitada é justificada pois a grande maioria da força de trabalho do se encontra lotada no Centro de Florianópolis, cerca de 92% do total de empregados. E sendo assim, o atendimento em local próximo facilita sobremaneira na logística de encaminhar os empregados em distância razoável para o trajeto pedestre para os exames necessários. Ademais, como o CAU/SC está sediado no centro de Florianópolis, a delimitação entre a região central e continental permite que inúmeras empresas participem do certame, sem restringir competitividade.

Além disso deverá elaborar relatórios e laudos devidamente assinados por profissionais habilitados; documentação em até 35 dias corridos para análise ergonômica; relatórios anuais e atualizações periódicas conforme exigências de cada programa; sistema compatível e funcionamento pleno no ambiente eSocial, assegurando envio das obrigações legais do Grupo 4 (órgão público). Orientação técnica para adaptação e avaliação do trabalho remoto será obrigatória, inclusive por meios digitais.

O serviço é continuado, justificado por estar previsto em legislação obrigatória e preservar a regularidade das atividades do órgão, mitigando riscos ambientais, legais e à saúde. Sua prestação será sempre despersonalizada, sem vínculo empregatício com o CAU/SC. Os serviços devem se estender a todos os empregados e admitidos durante a vigência do contrato, prevendo que alterações contratuais podem decorrer de movimentação do quadro funcional.

Quanto à sustentabilidade, exige-se o cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos e minimização dos impactos ambientais inerentes às atividades. A contratação se dará por grupo único, menor preço global, por ser solução integrada de serviços correlatos. Os detalhes finais destes requisitos serão apresentados no Termo de Referência.

Os serviços deverão ser executados conforme discriminado abaixo:

3.1. PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Caberá à CONTRATADA planejar, elaborar, administrar e executar o PCMSO, bem como fornecer assistência técnica à CONTRATANTE, sempre em conformidade com a legislação vigente e a NR-7 do Ministério do Trabalho. O PCMSO tem como

objetivo detectar incidências de patologias entre os empregados, fornecer elementos para estudo da correlação entre adoecimentos e condições de trabalho, e implementar estratégias de ação e prevenção, garantindo a promoção da saúde e a integridade dos empregados.

A CONTRATADA deverá fornecer, como ações do PCMSO, os seguintes serviços:

- Abertura e manutenção do Prontuário Médico Individual de cada empregado;
- Realização de Exames Clínicos Ocupacionais;
- Análise de Anamnese dos empregados;
- Emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs): Periódico, Admissional, Demissional, Alteração de Função e Retorno ao Trabalho;
- Realização de exames complementares, quando solicitados pelo médico;
- Avaliação de riscos à saúde do trabalhador em conjunto com o PGR/LTCAT;
- Assessoramento técnico no preenchimento e transmissão das Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), garantindo conformidade com a legislação e integração com PCMSO e eSocial;
- Implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;
- Sugestão de treinamentos, cursos e palestras relacionadas à saúde dos empregados;
- Emissão de relatórios quando detectadas alterações de saúde;
- Acompanhamento e controle do estado clínico ocupacional dos empregados da CONTRATANTE.

3.2. PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Caberá à CONTRATADA a elaboração, implantação, gestão e atualização contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), em estrita conformidade com a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) e demais legislações aplicáveis.

O PGR tem como objetivo a preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores do CAU/SC, por meio da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, considerando a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

A identificação e avaliação dos riscos psicossociais deverá considerar a realidade do 'trabalho real' e não apenas a prescrição de processos. A metodologia aplicada deverá ser baseada em observação sistemática das atividades, entrevistas com os trabalhadores e análise de indicadores organizacionais (tais como absenteísmo, turnover e afastamentos por transtornos mentais).

O processo assegurará a participação ativa e anônima dos colaboradores, garantindo que a percepção destes sobre fatores como sobrecarga, pressão por prazos e assédio seja legitimamente considerada na elaboração do plano de ação.

A gestão destes riscos será aplicada a todos os formatos de trabalho, incluindo as modalidades presencial, remoto, híbrido e teletrabalho, adaptando-se as metodologias de reconhecimento e controle à descentralização dos postos de trabalho

A CONTRATADA deverá fornecer, como ações do PGR, os seguintes serviços:

- Elaboração, implantação e atualização do documento-base do PGR e de seus desdobramentos;
- Antecipação e reconhecimento dos riscos ambientais (riscos físicos, químicos biológicos) e ocupacionais (ergonômicos e psicossociais).
- Planejamento e execução das avaliações ambientais quantitativas necessárias para caracterizar a exposição dos trabalhadores, mediante prévia aprovação da CONTRATANTE;
- O Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) deverá ser implementado de forma contínua e estruturada, por meio do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), contemplando a identificação, análise, avaliação e controle dos riscos ocupacionais existentes ou potenciais no ambiente de trabalho, incluindo, de forma expressa, os riscos psicossociais. A CONTRATADA deverá elaborar e manter atualizado o inventário de riscos ocupacionais, bem como o respectivo plano de ação, contendo as medidas de prevenção e controle a serem adotadas, os responsáveis por sua implementação e os prazos definidos. O processo deverá prever, ainda, o monitoramento contínuo, a revisão periódica e a atualização sempre que houver alterações nas condições de trabalho ou nos processos organizacionais, garantindo plena conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), em sua redação atualizada com vigência a partir de maio de 2026.
- Proposição de medidas de controle coletivas, administrativas e de proteção individual para neutralizar ou minimizar os riscos identificados;
- Integração permanente com o PCMSO, fornecendo todos os dados e informações necessários para o programa médico;
- Atualização do PGR em prazo não superior a 2 anos ou sempre que houver mudança nas condições de trabalho ou a pedido da CONTRATANTE;
- Assessoria técnica contínua para a implementação das ações previstas no programa;
- Documento final do PGR, contendo o inventário definitivo de riscos ocupacionais, o plano de ação com medidas de controle, responsáveis e prazos, e o registro do processo de participação dos trabalhadores: prazo de até 60 (sessenta) dias corridos a partir do início do contrato, na versão digital, devidamente assinado e rubricado pelo Responsável Técnico, com a identificação completa da empresa executora (razão social, CNPJ e assinatura do representante legal).

3.3. LTCAT - LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO

Caberá à CONTRATADA a elaboração e atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), em conformidade com a legislação vigente e emitido por profissional legalmente habilitado.

O LTCAT tem por finalidade identificar e avaliar as condições ambientais do trabalho, caracterizando a exposição dos empregados a agentes físicos, químicos e biológicos, para fins de caracterização de aposentadoria especial perante o INSS e para subsidiar as ações do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

A CONTRATADA deverá fornecer, como ações do LTCAT, os seguintes serviços:

- Elaboração e atualização do laudo técnico conforme exigências legais;
- Reconhecimento e avaliação dos agentes nocivos existentes nos ambientes de trabalho;
- Realização de medições quantitativas e qualitativas, conforme normas técnicas aplicáveis;
- Emissão de parecer conclusivo quanto à caracterização ou não de exposição a agentes nocivos;
- Compatibilização do LTCAT com o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e com o eSocial;
- Entrega do relatório técnico à CONTRATANTE, devidamente assinado por profissional habilitado.

3.4. PPP - PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO

Caberá à CONTRATADA a elaboração, atualização e fornecimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), em conformidade com as exigências da Instrução Normativa do INSS n.º 128/2022 e demais normas aplicáveis.

O PPP tem por finalidade reunir informações administrativas, ambientais e biológicas do trabalhador, servindo como histórico-laboral individual e documento comprobatório junto à Previdência Social.

A CONTRATADA deverá fornecer, como ações do PPP, os seguintes serviços:

- Elaboração e atualização do PPP conforme legislação previdenciária vigente;
- Coleta e consolidação das informações provenientes do LTCAT e demais programas de saúde e segurança ocupacional;
- Registro das condições ambientais de trabalho e dos resultados de monitoramentos biológicos, quando aplicável;
- Garantia de fidedignidade das informações inseridas no documento;
- Emissão e entrega do PPP aos empregados, sempre que solicitado, e nos casos de desligamento;
- Envio das informações pertinentes ao eSocial, conforme exigências legais;
- Suporte técnico à CONTRATANTE em eventuais fiscalizações ou solicitações de órgãos competentes.

3.5. AET - ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO

Caberá à CONTRATADA a elaboração e atualização da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), em conformidade com o disposto na NR-17 do Ministério do Trabalho e demais legislações aplicáveis.

A AET tem por objetivo avaliar as condições de trabalho e sua relação com as características psicofisiológicas dos trabalhadores, visando à prevenção de riscos ergonômicos, à promoção da saúde e à melhoria do desempenho nas atividades laborais.

A AET deverá ser elaborada de forma integrada ao PGR/GRO, especialmente no

que se refere aos riscos psicossociais e à Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP) prevista no item 1.5.4.4 da NR-1. A análise ergonômica não se limitará aos aspectos físicos (postura, força, repetitividade), devendo abranger, de forma articulada, os fatores cognitivos e organizacionais que impactam a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores.

Os achados da AET que indicarem fatores de risco psicossocial ou organizacional deverão ser incorporados ao inventário de riscos ocupacionais e ao plano de ação do PGR/GRO, com medidas de controle específicas, prazos e responsáveis. Da mesma forma, as medidas de controle propostas no âmbito do PGR/GRO para riscos psicossociais deverão ser compatibilizadas com as recomendações ergonômicas da AET, evitando ações isoladas ou contraditórias.

A CONTRATADA deverá fornecer, como ações da AET, os seguintes serviços:

- Elaboração e atualização do relatório técnico de AET conforme requisitos da NR-17;
- Avaliação dos postos e ambientes de trabalho, considerando aspectos físicos, cognitivos e organizacionais;
- Identificação de fatores de risco ergonômico, como posturas inadequadas, esforços repetitivos, levantamento de cargas e ritmo de trabalho;
- Proposição de medidas corretivas e preventivas para adequação das condições de trabalho;
- Recomendações para ajustes de mobiliário, equipamentos, ferramentas e layout;
- Elaboração de relatórios conclusivos com registro fotográfico e diagnóstico ergonômico;
- Orientação técnica e suporte à CONTRATANTE na implementação das medidas propostas;
- Atualização da AET sempre que houver mudanças significativas nos processos, atividades ou condições de trabalho.
- A Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP), prevista no item 1.5.4.4 da NR-1, acompanhada do inventário preliminar de riscos ocupacionais possui prazo de até 25 (vinte e cinco) dias corridos a partir do início do contrato para ser elaborada. A AEP constituirá etapa formal e autônoma do processo de GRO, devendo ser entregue à CONTRATANTE em documento próprio, devidamente assinado pelo Responsável Técnico, e servirá de base para a elaboração do inventário definitivo de riscos e do plano de ação do PGR.

3.6. ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Caberá à CONTRATADA a emissão, controle e gestão dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), em conformidade com a NR-7 do Ministério do Trabalho e demais legislações aplicáveis.

O ASO tem por finalidade avaliar e registrar as condições de saúde do trabalhador em relação às suas atividades laborais, garantindo que esteja apto para o desempenho de suas funções com segurança e preservação da integridade física.

A CONTRATADA deverá fornecer, como ações relacionadas ao ASO, os seguintes

serviços:

- Emissão dos Atestados de Saúde Ocupacional nas modalidades: Admissional, Periódico, de Retorno ao Trabalho, de Mudança de Função e Demissional;
- Realização de exames clínicos ocupacionais e complementares, conforme determinação do Médico Coordenador do PCMSO;
- Registro e controle dos resultados em prontuário médico individual, assegurando confidencialidade e sigilo das informações;
- Indicação da aptidão ou inaptidão do trabalhador para o exercício de suas funções;
- Comunicação à CONTRATANTE sobre eventuais restrições ou recomendações relacionadas à saúde ocupacional dos empregados;
- Integração das informações dos ASOs ao PCMSO e ao eSocial, conforme exigências legais;
- Suporte técnico à CONTRATANTE em eventuais fiscalizações ou auditorias relacionadas à saúde ocupacional.
- Os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) deverão ser emitidos imediatamente após a avaliação clínica, desde que não haja necessidade de exames complementares, e encaminhados à CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua emissão, preferencialmente por meio eletrônico, em formato que assegure a integridade e a confidencialidade das informações.
- Nos casos em que houver indicação médica, a CONTRATADA deverá providenciar a realização de exames complementares compatíveis com os riscos ocupacionais identificados, tais como exames laboratoriais, audiometria, espirometria, eletrocardiograma, avaliação oftalmológica, entre outros, sendo o prazo para emissão do ASO condicionado à conclusão desses exames.
- A CONTRATADA deverá, ainda, manter sistema de controle atualizado dos ASOs emitidos, garantindo o registro, a rastreabilidade das informações, o sigilo médico e o atendimento às exigências do eSocial e demais normativos aplicáveis.

3.7. TREINAMENTO PARA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

Caberá à CONTRATADA a realização de treinamento técnico para 2 (dois) integrantes titulares da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA do CAU/SC, em estrita conformidade com o disposto na NR-5 do Ministério do Trabalho e demais normativas aplicáveis.

O treinamento tem por finalidade capacitar os membros da CIPA para atuação preventiva na identificação de riscos ocupacionais, investigação de acidentes do trabalho e promoção de medidas corretivas, visando à preservação da segurança e saúde no ambiente laboral.

A CONTRATADA deverá fornecer, como parte do treinamento, os seguintes serviços:

- Elaboração e execução de programa de treinamento customizado, com carga horária e conteúdo programático conforme exige a NR-5;
- Abordagem dos riscos ocupacionais inerentes às atividades do CAU/SC

e respectivas medidas de controle;

- Instrução sobre as atribuições, direitos e responsabilidades legais dos membros da CIPA;
- Emissão de certificados de participação com especificação da carga horária e conteúdo;
- Relatório de avaliação de aproveitamento dos participantes, quando aplicável;
- Suporte técnico-pedagógico durante e após a realização do treinamento.

3.8. PALESTRAS EDUCATIVAS - PROMOÇÃO À SAÚDE

Caberá à CONTRATADA a realização de palestras educativas com temáticas voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e segurança no trabalho, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes de saúde ocupacional.

A CONTRATADA deverá fornecer, como ações referentes a este item, os seguintes serviços:

- A CONTRATADA deverá promover capacitações e palestras educativas com temáticas voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e segurança no trabalho, tais como: ergonomia no ambiente de trabalho (presencial e remoto); prevenção de doenças ocupacionais e lesões por esforço repetitivo (LER/DORT); saúde mental e gestão do estresse, incluindo riscos psicossociais; prevenção de acidentes de trabalho e cultura de segurança; uso adequado de equipamentos e organização do posto de trabalho; qualidade de vida e hábitos saudáveis (alimentação, sono e atividade física); prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente laboral; além de orientações sobre afastamentos, retorno ao trabalho e adaptação funcional, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes de saúde ocupacional.
- As capacitações deverão ser presenciais, na sede do CAU/SC, com tempo mínimo de duração de uma hora e meia, e sendo a quantidade prevista de quarenta e cinco participantes. Excepcionalmente, mediante justificativa e aprovação da CONTRATANTE, as capacitações poderão ser realizadas em formato remoto ou híbrido, assegurada a interação dos participantes.
- As capacitações deverão ser ministradas por profissionais qualificados, com formação e experiência compatíveis com os temas abordados e os temas deverão ser previamente aprovados pela CONTRATANTE.
- Desenvolvimento de conteúdos relacionados à prevenção de acidentes, ergonomia, saúde mental, qualidade de vida e hábitos saudáveis;
- Apoio às campanhas internas de conscientização promovidas pela CONTRATANTE.

3.9. CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DE GESTORES E COLABORADORES

Caberá à CONTRATADA planejar e executar a capacitação contínua de gestores e colaboradores, com foco na implementação de ações preventivas e na promoção de uma cultura organizacional orientada à saúde e segurança do trabalho, em conformidade com a NR-1 do Ministério do Trabalho – especialmente no que se refere à gestão de riscos psicossociais – e com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre ambientes de trabalho saudáveis.

A CONTRATADA deverá fornecer, como ações referentes a este item, os seguintes serviços:

- Planejamento e execução de, no mínimo, 2 (dois) workshops anuais voltados a gestores, abordando temas como prevenção de riscos ocupacionais, promoção da saúde mental no trabalho, gestão humanizada, comunicação eficaz e estratégias de engajamento dos colaboradores;
- Capacitação específica para gestores sobre identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico, assédio moral e sexual, e encaminhamentos adequados, em conformidade com as obrigações estabelecidas pela NR-1 quanto ao gerenciamento de riscos psicossociais;
- Desenvolvimento de conteúdos e materiais de apoio customizados, para reforço das boas práticas preventivas;
- Apoio técnico à CONTRATANTE na implementação das ações preventivas decorrentes das capacitações, com acompanhamento da eficácia das medidas adotadas e registro dos resultados em relatório semestral;
- Orientação aos colaboradores sobre direitos, deveres e canais de comunicação disponíveis em matéria de saúde e segurança do trabalho, fortalecendo a participação ativa e informada dos trabalhadores nos processos de identificação e controle de riscos, conforme preconizado pela NR-1.

Os workshops deverão ser ministrados por profissionais com formação e experiência comprovadas nas áreas de saúde ocupacional, psicologia organizacional ou segurança do trabalho, conforme a temática abordada, e poderão ser realizados em formato presencial ou remoto, mediante aprovação prévia da CONTRATANTE.

4. Levantamento de mercado

No levantamento de mercado realizado para atender à necessidade do CAU/SC quanto à gestão de saúde e segurança do trabalho, identificaram-se duas alternativas principais: a constituição de equipe técnica interna qualificada ou a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços exigidos pelas Normas Regulamentadoras (NRs). Embora a formação de um corpo técnico próprio proporcione maior controle e integração aos processos internos, essa opção se mostra inviável, diante do elevado custo de contratação, capacitação e

manutenção de profissionais especializados, além da sobrecarga administrativa que implicaria para o Conselho. Ademais, seria necessário investir continuamente em atualização técnica para atender às constantes revisões das normas e às demandas operacionais decorrentes da variedade de atividades e contextos de trabalho, inclusive remoto.

A pesquisa de mercado evidenciou que empresas especializadas são capazes de oferecer soluções completas e integradas, contemplando todos os instrumentos obrigatórios – como PGR/GRO, PCMSO, laudos técnicos, relatórios de ergonomia, gestão da CIPA e suporte ao eSocial – com metodologias já estabelecidas de atendimento remoto e presencial, além de ferramentas digitais que permitem o monitoramento e orientação a distância. Essas empresas contam com equipes multidisciplinares que garantem atualização constante em relação às normativas, agilidade na elaboração dos documentos e flexibilidade para adaptar os processos à realidade do órgão público, inclusive para colaboradores que atuam em diferentes localidades do estado.

Diante do exposto, a escolha pela contratação de empresa especializada se justifica tanto técnica quanto economicamente, pois reúne capacidade de atendimento qualificado e abrangente às demandas do CAU/SC, assegurando o cumprimento rigoroso das obrigações legais sem onerar excessivamente o órgão. Tal solução representa a melhor relação custo-benefício, promovendo segurança jurídica, proteção aos colaboradores, mitigação de riscos institucionais e maior eficiência administrativa, além de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade catarinense.

5. Descrição da Solução como um todo

A solução contempla a contratação de empresa especializada em engenharia de segurança e medicina do trabalho para centralizar, de forma integrada e continuada, toda a gestão das obrigações legais e das ações preventivas relativas à saúde e segurança do trabalho no CAU/SC. Visa garantir a conformidade do órgão quanto às Normas Regulamentadoras e à legislação vigente, prevenindo riscos ocupacionais de natureza física, química, biológica, ergonômica e psicossocial tanto no trabalho presencial quanto remoto, e assegurando o acompanhamento e resposta tempestiva a mudanças na legislação e ao perfil funcional dos colaboradores.

A empresa contratada será responsável por estruturar e manter o gerenciamento completo de riscos ocupacionais (GRO), antes, durante e após os eventos que possam afetar a saúde dos trabalhadores, realizando diagnósticos periódicos e

atualizações sempre que necessárias, inclusive mediante mudanças no ambiente de trabalho ou quadro funcional. Estão previstas visitas técnicas às unidades e metodologias digitais para atender demandas do trabalho remoto, desenvolvendo laudos e relatórios que embasam decisões gerenciais e fornecem segurança jurídica institucional.

A prestação incluirá assessoria permanente em medicina do trabalho, englobando exames admissionais, periódicos, demissionais, mudanças de função e retorno ao trabalho, vinculados ao controle médico de saúde ocupacional. São previstos pontos de atendimento próximos às unidades do órgão, valorizando o acesso, a agilidade e o respeito ao sigilo médico. Os relatórios diagnósticos e laudos (PCMSO, PGR/GRO, LTCAT, AET) serão disponibilizados dentro dos prazos legais, permitindo atuação proativa do setor de recursos humanos e dos gestores. A solução prevê integração digital com o sistema eSocial, automatizando o envio, atualização e regularização das informações legais e fiscais relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores, minimizando riscos de não-conformidade e passivos.

Faz parte do lote 2 o assessoramento, capacitação e treinamento de responsáveis e membros designados para CIPA e outros agentes de prevenção, bem como ações educativas.

A escolha pela contratação dividida em dois lotes, com vigência inicial de 12 meses e critério de menor preço global por lote, justifica-se tecnicamente pela necessidade de padronização e atualização integrada dos serviços técnicos do Lote 1, ao mesmo tempo em que confere maior especialização e flexibilidade às ações educacionais do Lote 2, sem prejuízo à manutenção perene dos controles. Economicamente, a divisão amplia a competitividade do certame, otimiza custos diretos e indiretos ao permitir a contratação de fornecedores especializados por família de serviços, e reduz contingências ao descentralizar riscos operacionais entre diferentes contratadas. Observa-se, ainda, a aderência à responsabilidade socioambiental e à minimização dos impactos decorrentes das atividades, alinhando a solução ao interesse público e às melhores práticas de gestão do setor.

6. Estimativa de Quantitativo e do Valor

LOTE 1		
Nome do Item	Descrição	QTD Estimada
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	Elaboração, Implantação, Coordenação, Manutenção, Assistência Técnica ao Desenvolvimento, Emissão do Relatório Anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e conforme Norma Regulamentadora nº 07, atendimento ao eSocial e assessoria.	1
PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos	Elaboração, implantação, coordenação, manutenção e assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do Relatório de Avaliação dos Resultados do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com inclusão do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e atendimento ao eSocial.	1
LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho	Elaboração, implantação, coordenação, manutenção e assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do LTCAT, conforme Normas Regulamentadoras, para identificar o trabalho exercido sob condições perigosas ou insalubres (elaboração e renovação de laudo) e atendimento ao eSocial.	1
PPP – Perfil Profissiográfico	Elaboração e emissão do Perfil Profissiográfico	1

Previdenciário	Previdenciário (PPP), conforme Normas Regulamentadoras e atendimento ao eSocial.	
AET – Análise Ergonômica do Trabalho	Elaboração e emissão do Laudo ou Análise Ergonômica (AET), conforme Normas Regulamentadoras e atendimento ao eSocial.	1
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional - Florianópolis	Elaboração de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) — admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função — com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional.	56 ¹
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional - Blumenau	Elaboração de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) — admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função — com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional.	2
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional - Chapecó	Elaboração de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) — admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função — com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional.	2
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional – Joinville ¹	Elaboração de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) — admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de	2

	função — com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional.	
Lote2		
Nome do Item	Descrição	QTD Estimada
Treinamento CIPA	Realização de Treinamento para 2 integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA do CAU/SC.	1
Palestras Educativas	Realização de palestras educativas com temáticas que visem a Promoção à Saúde;	3 ²
Capacitação de gestores	Capacitação contínua de gestores e colaboradores para implementação de ações preventivas (suporte psicológico, gestão humanizada)	2 ³

Item	Preço unitário	Preço Total
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	R\$145,62	R\$582,50
PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos	R\$186,12	R\$744,51
LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho	R\$173,57	R\$694,28

PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário	R\$4,65	R\$18,60
AET – Análise Ergonômica do Trabalho	R\$141,56	R\$566,25
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional - Florianópolis	R\$54,30	R\$3.040,80
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional - Blumenau	R\$54,30	R\$108,60
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional - Chapecó	R\$54,30	R\$108,60
ASO - Atestados de Saúde Ocupacional - Joinville	R\$54,30	R\$108,60
LOTE 2		
Item	Preço unitário	Preço Total
Treinamento CIPA	R\$250,00	R\$250,00
Palestras Educativas	R\$250,00	R\$750,00
Capacitação de gestores	R\$395,00	R\$790,00

¹ A quantidade estimada de 56 ASOs foi calculada com base nos 36 empregados atualmente integrantes do quadro do CAU/SC, que realizam exames periódicos de forma regular, bem como em uma estimativa da média histórica de admissões e desligamentos dos anos anteriores. Todavia, ressalta-se que este número é uma mera estimativa e que a emissão de ASO dependerá da necessidade concreta do CAU/SC.

² Deverão ser realizadas três palestras anuais.

³ Deverão ser realizados, no mínimo, dois workshops anuais voltados aos gestores, com o objetivo de subsidiar a capacitação contínua em temas como prevenção de riscos ocupacionais e promoção da saúde, gestão humanizada, comunicação eficaz, suporte psicológico e estratégias de engajamento dos colaboradores.

7. Parcelamento do objeto

Visto não se ter verificado competição no certame anterior, em que todos os serviços estavam unificados no mesmo lote e, apesar de que os serviços que compõem a presente contratação guardem relação de interdependência, nem todos demandam a mesma qualificação profissional, os mesmos prazos ou o mesmo regime de execução. Assim, mostra-se viável e vantajosa a divisão em dois lotes: Lote 1 (serviços técnicos de

engenharia de segurança e medicina do trabalho, abrangendo PGR, PCMSO, LTCAT, PPP, AET, ASO, gestão de eSocial e assessoria em CAT) e Lote 2 (ações educacionais e capacitativas, incluindo treinamento da CIPA, palestras educativas e capacitação de gestores e colaboradores).

Os serviços do Lote 1 possuem natureza técnica, documental e continuada, com acesso a dados sensíveis e alimentação perene de sistemas, exigindo profissionais habilitados com registro em conselho. Já os serviços do Lote 2 têm natureza pedagógica, episódica e autônoma, não demandando acesso contínuo a sistemas nem compartilhamento de bases de dados sensíveis, bastando o fornecimento de relatórios consolidados (como o inventário de riscos do PGR) como insumos para personalização dos treinamentos.

Não há interdependência técnica intransponível entre os lotes, pois o Lote 2 não gera laudos, não alimenta o eSocial nem produz documentos obrigatórios perante o Ministério do Trabalho ou o INSS, de modo que eventuais falhas em sua execução não comprometem a base documental do Lote 1. Ademais, o artigo 40, § 3º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que veda o parcelamento quando exigida execução integrada, não se aplica ao caso, uma vez que a separação não compromete a interoperabilidade dos sistemas, a atualização dos programas legais ou o cumprimento das exigências normativas.

Dessa forma, o parcelamento em dois lotes mostra-se técnica e juridicamente viável, ampliando a competitividade do certame, permitindo maior especialização dos fornecedores e otimizando a gestão contratual, sem prejuízo à efetividade e à segurança jurídica da solução.

8. Contratações correlatas e/ou Interdependentes

Após análise detalhada das necessidades específicas e do escopo dos serviços a serem contratados para a área de engenharia de segurança e medicina do trabalho - SESMT, pode-se afirmar que não existem atualmente outras contratações no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de SC - CAU/SC que sejam correlatas ou que mantenham relação de interdependência direta com o objeto ora pretendido, uma vez que todos os itens previstos - como GRO, PGR, PCMSO, LTCAT, LTIP, AET, apoio à CIPA, PEPS, PPP, gestão de SST para o eSocial, capacitações e assessoramento em CAT - são soluções especializadas, integradas e autossuficientes para atendimento exclusivo das exigências legais e técnicas relativas à saúde e segurança do trabalho, não havendo nenhum contrato vigente ou previsto que compartilhe responsabilidades, atribuições ou interfira no cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação; tampouco há externalidades negativas ou positivas identificáveis, visto que os serviços a serem prestados não abrangem, dependem ou impactam qualquer outro serviço ou fornecimento contratado pelo CAU/SC, tratando-se de demanda autônoma, de atendimento obrigatório e restrito ao corpo funcional do órgão, o que afasta a possibilidade de sobreposição, complementação ou prejuízo à execução de outros

contratos, culminando, assim, na inexistência de correlações ou interdependências contratuais.

9. Plano de Contratações Anual (PCA)

A ausência da previsão da contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) no Estudo Técnico Preliminar (ETP) deve-se ao fato de que a contratação estava originalmente prevista para o exercício de 2024. No entanto, em virtude de obstáculos operacionais e processuais, não foi possível realizar a licitação no período inicialmente planejado, resultando no seu remanejamento para 2025. No momento em que essa decisão foi tomada, o Plano de Contratações Anual (PCA) referente ao exercício de 2025 já se encontrava concluído, inviabilizando a inclusão tempestiva do objeto no referido planejamento.

Neste contexto, ressalta-se que a necessidade permanece vigente, uma vez que os serviços de SESMT são imprescindíveis para o atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e para a garantia da saúde, segurança e integridade dos colaboradores da instituição, motivando, assim, a solicitação extraordinária para viabilizar a contratação no exercício de 2025, mesmo após o encerramento do PCA.

10. Demonstrativos dos resultados pretendidos

A contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC) objetiva proporcionar maior economicidade e racionalização no uso dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Ao centralizar os serviços de Gerenciamento de Risco Ocupacional (GRO), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudos Técnicos (LTCAT, LTIP), Análise Ergonômica do Trabalho (AET), apoio à CIPA, exames periódicos (PEPS), gestão de saúde e segurança para o eSocial, além de capacitações e apoio técnico preventivo, o CAU/SC elimina a necessidade de múltiplas contratações esparsas, reduz custos administrativos e evita o retrabalho, promovendo maior eficiência e transparência nos processos internos.

Os resultados pretendidos também se refletem no melhor aproveitamento do quadro de pessoal do órgão, uma vez que a atuação preventiva e a promoção à saúde colaboram na redução do absenteísmo, do adoecimento ocupacional e dos afastamentos por acidentes, permitindo que os colaboradores exerçam suas atividades em um ambiente mais seguro e adequado. Isso resulta em aumento de produtividade, diminuição dos passivos trabalhistas e alinhamento ao interesse público, com prestação de serviços mais qualificada à sociedade. A contratação engloba ainda a adequação plena às Normas Regulamentadoras, evitando sanções legais que oneram desnecessariamente a instituição, além de promover ações educativas e técnicas de melhoria contínua, capacitando gestores e aumentando o engajamento dos colaboradores para práticas preventivas.

De forma sintética, os principais resultados que o CAU/SC almeja com a contratação são:

1. ****Otimização de recursos financeiros**** com um contrato único e solução integrada, eliminando duplicidades, retrabalho e despesas adicionais com eventuais conformidades forçadas por órgãos fiscalizadores.
2. ****Aprimoramento do gerenciamento de riscos**** e da saúde ocupacional, prevenindo doenças e acidentes, reduzindo afastamentos e custos indiretos, com impacto positivo na produtividade e satisfação dos colaboradores.
3. ****Cumprimento rigoroso da legislação vigente****, evitando multas, passivos judiciais e outros prejuízos institucionais.
4. ****Apoio especializado e contínuo ao Departamento Pessoal****, promovendo decisões mais assertivas e melhor gestão das informações relativas à saúde e segurança do trabalho (inclusive para o eSocial).
5. ****Capacitação e educação contínuas****, fortalecendo a cultura preventiva e de saúde no trabalho, tanto no ambiente presencial quanto remoto, com ganhos em bem-estar coletivo e imagem institucional.

Desta forma, o CAU/SC garante que seus recursos sejam aplicados de maneira estratégica, visando não apenas cumprir exigências legais, mas também construir um ambiente laboral mais seguro, produtivo, sustentável e comprometido com a valorização do servidor público e da missão institucional do Conselho.

11. Providências prévias a serem adotadas

Não há providências a serem adotadas previamente pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC para a celebração do contrato referente à contratação dos serviços especializados de engenharia de segurança e medicina do trabalho. A integralidade das atividades necessárias à implementação,

planejamento e execução dos serviços, tais como avaliações técnicas, treinamentos, exames médicos e emissão de laudos, ficará a cargo da empresa especializada a ser contratada, nos termos definidos nos requisitos do objeto.

A prestação dos serviços poderá ser iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, não havendo necessidade de adaptações estruturais, aquisições ou outras ações preparatórias no âmbito do CAU/SC. Dessa forma, a efetivação da contratação não exige nenhuma providência prévia extraordinária por parte do órgão contratante.

12. Possíveis impactos ambientais

Considerando o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar - a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho (SESMT) -, conclui-se pela inexistência de possíveis impactos ambientais significativos decorrentes da atividade objeto da contratação. Tais serviços, cuja execução se restringe à realização de avaliações técnicas, diagnósticos ocupacionais, treinamentos e assessoramento especializado, não envolvem a manipulação ou utilização de substâncias perigosas, nem demandam modificações estruturais nos ambientes, tampouco geração de resíduos sólidos, líquidos ou emissões atmosféricas que possam impactar de maneira relevante o meio ambiente.

Ressalta-se que as atividades propostas concentram-se na análise e gestão de riscos ocupacionais, promoção da saúde, avaliação ergonômica e cumprimento de exigências legais relativas à saúde e segurança do trabalho, todas de natureza intelectual, consultiva e administrativa, alinhadas às rotinas internas do órgão contratante. Ademais, os serviços poderão ser realizados em ambientes já existentes, sem qualquer alteração estrutural, e, de acordo com a demanda, podem ser executados inclusive por meios digitais (como reuniões virtuais e avaliações remotas), o que minimiza ainda mais eventuais impactos ambientais, tornando-os desprezíveis sob o ponto de vista de relevância ambiental.

Por fim, destaca-se que eventuais impactos indirectos eventualmente decorrentes da presença de profissionais nas dependências do órgão para fins de visitas técnicas, treinamentos ou exames médicos são ordinários, de magnitude irrelevante e já são integralmente tratados pelos procedimentos rotineiros de manejo de resíduos e uso racional de recursos, conforme as práticas administrativas do órgão. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida não ocasiona impactos ambientais relevantes, o que dispensa a necessidade de medidas adicionais de mitigação ou compensação ambiental específicas para o objeto do presente ETP.

13. Conclusão

Diante do exposto neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho (SESMT), abrangendo atividades como Gerenciamento de Risco Ocupacional (GRO), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudos Técnicos (LTCAT, LTIP, quando aplicável), Análise Ergonômica do Trabalho (AET), apoio à CIPA, exames de saúde, emissão de PPP, gestão de eSocial, suporte e capacitações diversas, revela-se adequada e indispensável para o atendimento das necessidades institucionais do CAU/SC.

A contratação atende todos os requisitos legais previstos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e legislação correlata, assegura a conformidade normativa, a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores, e contribui para a redução de riscos ocupacionais e passivos trabalhistas. Portanto, opina-se favoravelmente pelo prosseguimento do processo de contratação, considerando-se plenamente justificada e adequada a solução apresentada para a demanda identificada.

Filipe Lima Rockenbach e Felipe Wagner da Silva

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de SC - CAU/SC